INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

1.º ANO – TURMA B | Exame Escrito | 03 de junho de 2022

Regência: Professor Doutor Pedro Romano Martinez

(Dr.ª Dina Freitas Teixeira; Dr.ª Filipa Lira de Almeida; Dr. João Pinto Ramos; Dr. José Cortes)

I

Carlos e Fernanda, taxistas, nunca quiseram casar-se. Vivem, porém, desde 1996, em união de facto.

Ora, atendendo à multiplicação de casais que optam por não contrair matrimónio, não obstante a vida em comunhão de *leito, mesa e habitação*, o legislador envidou esforços no sentido consagrar um estatuto legal que permitisse a tutela patrimonial dos unidos de facto. Este regime veio a ser consagrado na Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, que consagra, designadamente, a proteção da casa de morada de família, a extensão do regime jurídico aplicável a pessoas casadas em matéria de férias, feriados, faltas e licenças, a aplicação do regime do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares nas mesmas condições aplicáveis aos sujeitos passivos casados e não separados de pessoas e bens, a proteção social na eventualidade de morte do beneficiário e a atribuição de prestações por morte resultante de acidente de trabalho ou doença profissional.

Carlos e Fernanda estabeleceram, desde o início da sua coabitação, vivência comum de entreajuda e partilha de recursos. Ambos contribuía com os seus rendimentos para a aquisição de bens alimentares e daqueles que vieram a compor o recheio da habitação.

Sucede, porém, que, em 2002, Carlos decide alienar um automóvel que comprara unicamente com os rendimentos auferidos no exercício da sua actividade profissional, mas que era por ambos utilizado no exercício da actividade profissional.

Fernanda consultou, de imediato, um advogado, que lhe deu a conhecer as seguintes disposições legais, ambas do Código Civil:

*“Artigo 1682.º
(Alienação ou oneração de móveis)*

[...]

3. Carece do consentimento de ambos os cônjuges a alienação ou oneração:

a) De móveis utilizados conjuntamente por ambos os cônjuges na vida do lar ou como instrumento comum de trabalho; [...]"

*“Artigo 1687.º
(Sanções)*

1. Os actos praticados contra o disposto [no n.º 3 do artigo 1682.º] são anuláveis a requerimento do cônjuge que não deu o consentimento [...]"

Fernanda, em resultado daquela decisão de Carlos – que a não consultara, sequer – deixou de poder exercer a sua profissão. Entende, assim, poder ser-lhe aplicável o disposto naquelas regras.

Carlos, por seu turno, entende ser “inadmissível” que lhe pudesse ser vedada a faculdade de livremente dispor daquele bem, já que dele é singular proprietário. Invoca, ainda, o artigo 36.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, nos termos do qual “[t]odos têm o direito de [...] contrair casamento [...]”, do qual, no seu entender, decorre também o direito de, *querendo*, o não contrair.

Quid juris? (10 valores)

II

Ao abrigo da Lei X/2015, António iniciou, em Março de 2018, a actividade de exploração de um alojamento local no prédio de habitação de que era proprietário do 4.º esq. em regime de propriedade horizontal.

O Acórdão do STJ uniformizador de jurisprudência n.º 4/2022, de 10 de Maio, determinou: «No regime da propriedade horizontal, a indicação no título constitutivo, de que certa fracção se destina a habitação, deve ser interpretada no sentido de nela não ser permitida a realização de alojamento local».

A Lei Z/2022, de 2 de Junho, prescreve que os alojamentos locais só podem ser instalados em prédios em regime de propriedade horizontal depois de a assembleia de condóminos assim deliberar por unanimidade.

1) António, que não foi parte na acção que deu origem ao acórdão mencionado, tem de encerrar o seu alojamento local em razão deste acórdão uniformizador de jurisprudência? **(2 valores)**

2) António, para manter o seu alojamento local, está dependente de uma deliberação da assembleia de condóminos, como determina a Lei Z/2022? **(3 valores)**

III

Comente, desenvolvidamente, **uma** das seguintes afirmações:

1. *“A lei vale na verdade para todas as épocas, mas em cada época da maneira como esta a compreende e desimplica, segundo a sua própria consciência jurídica.”*

2. *“A lacuna é sempre uma incompletude, uma falta ou falha. Mas uma incompletude relativamente a quê? Uma incompletude relativamente a algo que protende para a completude. Diz-se, pois, que uma lacuna é uma "incompletude contrária a um plano.”*

(3 valores)

Ponderação Global: **2 valores**

Duração: **120 minutos**

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

1.º ANO – TURMA B | TESTE DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA | 13 de maio de 2022

TÓPICOS DE CORREÇÃO

I

- Identificar a existência de problema interpretativo; exposição do método de resolução deste problema à luz dos critérios normativos impostos pelo artigo 9.º do Código Civil.
- Analisar os diversos elementos de interpretação (cfr. artigo 9.º, n.º 1, do CC), partindo do elemento literal para os elementos lógicos, em especial:
 - *elemento histórico*: em particular, o aumento do número de casais unidos de facto (*occasio legis*).
 - *elemento sistemático*: Constituição da República Portuguesa, Código Civil, Lei da União de Facto; e
 - *elemento teleológico*: protecção patrimonial de pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges.
- Ponderar os diversos elementos interpretativos;
- Verificar a (in)existência de um “mínimo de correspondência verbal” (cfr. artigo 9.º, n.º 2, do CC) entre “casamento” e “união de facto”; tomada de posição fundamentada quanto ao resultado interpretativo, ponderando os limites da interpretação extensiva;
- Ponderação sobre a existência de lacuna que cumpra integrar; articulação com o artigo 11.º do Código Civil;
- Tomada de posição fundamentada sobre a solução a adoptar no caso concreto.

II

- 1)
 - Referência ao artigo 112.º, n.º 5 da Constituição; conclusão pela inaplicabilidade do artigo 13.º do Código Civil ao caso concreto; não retroactividade (artigo 12.º, n.º 1, 1.ª parte do Código Civil).
- 2)
 - Verificar que não existe Direito Transitório Material, nem um ramo de Direito que convoca regras especiais, e que “LN” não atribui eficácia retroativa a si mesma; concluir que, em regra, “a lei só dispõe para o futuro” (cf. artigo 12.º, n.º 1, 1.ª parte, do CC) – princípio da não retroactividade.
 - Análise do artigo 12.º, n.º 2 do Código Civil, com tomada de posição fundamentada quanto ao confronto entre “[...] condições de validade substancial ou formal de quaisquer factos ou sobre os seus efeitos [...]” e o trecho “[...] quando [a lei] dispuser directamente sobre o conteúdo de certas relações jurídicas [...]”.

III

- Recondução das citações aos respectivos universos temáticos: finalidades da actividade interpretativa/desenvolvimento do conceito de lacuna à luz da noção de Sistema.